

Coopadef: ainda não é o ideal

O secretário executivo da Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal (Coopadef), Walmor Marchesi, afirmou ontem que o novo projeto de arrendamento das terras do DF "é um avanço" em relação à legislação que vigorava, mas ressaltou que "ainda não é o projeto que os agricultores esperavam". Segundo o representante da Coopadef, a solução definitiva para a situação das terras rurais de Brasília, "ainda está na execução de uma reforma agrária mais eficiente, que dê aos trabalhadores o título definitivo das terras".

O secretário executivo afirmou que o decreto assinado pelo governador tranquiliza as 1.500 famílias de agricultores, que vivem hoje no sistema de arrendamento, já que permite que a renovação de seus contratos se dê independente do número de lotes de que dispõem. No projeto anterior, informou Marchesi, os agricultores estavam impedidos de ficar com mais de uma área, "apesar dos lotes serem pequenos e, reunidos, formarem uma propriedade média".

Outro avanço que o decreto traz, na opinião de Marchesi, é o beneficiamento aos pequenos produtores, uma vez que permite a troca de áreas, além de aumentar a idade dos candidatos a arrendamento para até os 65 anos, enquanto, que, no projeto original só as pessoas até 60 anos poderiam ter contratos de arrendamento. No entanto, o mais importante para os

pequenos produtores, acentuou Walmor Marchesi, é que antes a Fundação Zoobotânica não tinha prazo para aprovar, ou reprovar, os Planos de Uso da terra, parecer que agora tem de ser dado em 30 dias.

Ele ressaltou, ainda, como ponto positivo do projeto, o fato de que a Fundação Zoobotânica terá 90 dias para resolver as pendências relativas aos arrendatários. Segundo o secretário executivo da Coopadef, estas pendências seriam, hoje, cerca de 600 processos entre a efetivação de transferências de contratos, novas concessões de arrendamento e a definição sobre invasões de terras irregulares.

Todos estes pontos ressaltados por Walmor Marchesi, foram, segundo disse, sugeridos pelos agricultores, e, por isso não representa um avanço do GDF na realização "de sua reforma agrária". Mesmo reconhecendo que, com a legalização das pendências do sistema de arrendamento, haverá maior investimento na agricultura por parte dos proprietários, ele frisou que o projeto ainda não é o "ideal" dos agricultores".

"O que queremos", disse, "são os títulos definitivos da terra. Esta espécie de reforma agrária não resolverá o problema da agricultura na nossa opinião, porque só a propriedade da terra faz com que o agricultor assuma os riscos do investimento. Mas, cabe ao GDF provar a eficiência do decreto".